Interview with a female official of the Defensoria Pública do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro Public Ombudsman), who worked in the Núcleo Contra a Desigualdade Racial (Grouo Against Racial Inequality)

Interview carried out in 2017 by Luciane Rocha in the course of research into a Rio-based organisation called Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência (Network of Communities and Movements Against Violence). The subject matter of the interview, however, concerns the official’s experiences in the Defensoria.

Duration: 25 mins

**Luciane**

[áudio comprometido] Primeiro, gostaria de saber um pouco sobre o seu perfil...se você puder falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica, sobre como você se tornou defensora pública….

**XXXX**

Então, eu fiz faculdade na UERJ. Entrei na primeira turma de cotas da UERJ, de 2003. Eu não conhecia a defensoria pública, não sabia nem o que era, mas eu me interessava (...). Então ao longo da faculdade eu comecei a estagiar, todos os meus estágios foram na defensoria. Na área criminal e em outras...Eu estagiei fora no (áudio comprometido), mas foram 2 meses. Depois eu me formei e trabalhei no escritório modelo da UERJ, como residente jurídica. Lá funciona como a Defensoria Pública. É um escritório que atende o pessoal de Vila Isabel e do Maracanã. A gente atendia muito da área criminal pessoal muito da Mangueira e do morro dos macacos. Então eu comecei minha atuação na área criminal ali. Era um programa de estudo e trabalho como advogado, não é? Trabalhei mais ou menos 1 ano e meio lá, já queria ser defensora, tinha me interessado pela carreira. Aí eu comecei a estudar. Primeiro eu passei em um concurso de técnico jurista da Defensoria, ai eu trabalhei na coordenação criminal. Na época chamava assessoria criminal, com o defensor que era o assessor criminal. Eu cuidava dessa parte de defesa criminal mais amplo, assessorando os colegas. Trabalhava muito com execução penal. Em seguida eu prestei esse concurso de Defensora. Primeiro no Rio Grande do Sul, fui defensora lá 6 meses (?) em um município do interior, cidade bem pequenininha, depois eu logo vim pra cá ...outro concurso...eu prestei o concurso lá em 2011 e o concurso daqui em 2012. eu comecei a trabalhar em 15 de setembro de 2012. Ai eu comecei a trabalhar no interior. Hoje em dia mudou um pouco, mas quando eu entrei era assim. Então eu trabalhei em todas as regiões do Estado: norte, noroeste, sul fluminense, região serrana, baixada….predominantemente na área criminal (...)

**Luciane**

você já tinha formação em Direitos Humanos

**XXXX**

Não, eu não fazia nem ideia do que se tratava. A UERJ era muito dogmática. Então a gente estudava basicamente dogmática. Tivemos umas poucas matérias mais interdisciplinares, mas foram bem no começo da faculdade. Então é difícil você aprender alguma coisa. É aquele primeiro contato...Essa parte é bem deficiente na minha formação. Então eu era forçada a aprender na prática e como autodidata. (...) agora é mais, desde o ano passado começaram a implementar um projeto de educação continuada. Então hoje existem cursos online, que você pode fazer a distância. o objetivo é capacitar os defensores públicos de maneira permanente. Então hoje a oferta é bem maior, de cursos, formações. Quando eu cheguei aqui, honestamente não tinha nenhuma formação em Direitos Humanos….então foi um trabalho construído com o público que procura os núcleos...o movimento LGBT também, dialogar, eu tinha um diálogo maior com o movimento LGBT pela minha colega, Luciana Mota, que já fazia um trabalho legal. Mas tivemos que consolidar, entender melhor as demandas, porque não é cobrado nem no concurso, hoje em dia que está melhorando

**Luciane**

(áudio comprometido)

**XXXX**

Então, é bem difícil, não é? Porque a defensoria não oferece uma estrutura de trabalho ideal

**Luciane**

….

**XXXX**

eu trabalho em três temas: igualdade racial, diversidade sexual e eu coopero com direitos humanos em matérias gerais: questões carcerárias, às vezes em algum processo sobre violação de direitos humanos por agente estatal, mas sempre como colaboração. E a gente faz atendimentos individuais de natureza criminal ou cívil. Por exemplo na parte LGBT, uma pessoa transgênero vem mudar o nome, o sexo, requerir algum tratamento de saúde, casamento homoafetivo, adoção homoafetiva, assuntos familiares como divórcio… danos morais quando tem alguma agressão homofóbica, transfóbica. E na questão racial da mesma forma, qualquer crime de racismo (...) e atuamos com quilombos, povos tradicionais, pescadores, alguns grupos indígenas (...) essa é a parte mais coletiva, não é? A gente procura acompanhar os conselhos de direitos para entender a demanda de uma forma estrutural, para não ficar limitado ao atendimento individual, e tentar provocar, influenciar as políticas públicas de alguma forma. Então a gente manda notas pro legislativo incentivando ou sugerindo projetos de lei….

**Luciane**

Pra você, quais os entraves do sistema criminal?

**XXXX**

Eu não vejo entrave. Eu vejo que ele é um sistema muito bem pensado e gerido para selecionar uma determinada população e exterminar essa população, alijar a população do convívio social, garantir que ela permaneça na pobreza, ou matar mesmo, não é? A justiça criminal funciona, depende para qual finalidade. Então aqui a gente tem essa visão com bastante clareza. Ao assistir algumas famílias, por exemplo, ou vítimas que acessam o sistema de justiça criminal para buscar alguma reparação, a gente constata que esse grupo quando chega como vítima é um grupo para o qual o sistema não funciona. Isso dá uma visão muito clara da seletividade do sistema. Em geral ele funciona para determinado grupo, para manter esse grupo em silêncio, controlado, ocupando um papel que a sociedade espera que ele ocupe. (...)

**Luciane**

que grupo é esse que é marginalizado?

**XXXX**

a população negra e os pauperizados em geral. População negra e pobre.

**Luciane**

Para você o que possibilita alguma (?) fluxo no sistema de justiça criminal (áudio comprometido) violência contra essa população. há alguma coisa que possa…?

**XXXX**

Eu sou muito descrente….cada vez mais eu tenho uma visão cética em relação a esse sistema. Acho que não tem solução. Talvez, em outros….uma violência não leta, uma violência que não seja extrema como os casos que chegam aqui, talvez algum modelo de justiça restaurativa fosse desejado. O problema é quando a gente está falando em violência letal, é impossível falar em (?), é um nível de violência muito extremo, talvez em outros âmbitos, na violência doméstica contra a mulher, na infância...mas aqui eu realmente não vejo solução.

**Luciane**

Há pouco tempo divulgaram uma pesquisa dizendo que 32% da população negra que está presa...na custódia. Você acha que essa é uma forma de reprodução do racismo? Você acha que o sistema penal reproduz o racismo?

**XXXX**

Com certeza, porque a seletividade penal dentro do sistema de justiça funciona pautada pelo componente racial. Se você analisar a corporação da magistratura, o ministério público, a defensoria … você vai encontrar em torno de 10% de pessoas negras, como o censo mostra. Então no momento em que chega aquele individuo selecionado já pelo agente de segurança pública, em um determinado território, com um determinado perfil racial, também o agente do sistema de justiça vê essa pessoa como inimigo da sociedade. Não existem negros na corporação. Então tem essa divisão racial. Quem tá do lado de dentro da mesa observa aquele como potencial violador da lei. Então opera um racismo ai...silencioso

**Luciane**

Há algo dentro do sistema que possa combater esse racismo institucional?

**XXXX**

Eu acho que o primeiro passo, que a gente está tentando buscar dentro da defensoria, é denunciar o funcionamento dessa engrenagem racista (...)é colocar o racismo em pauta, por exemplo divulgando relatórios, como o da audiência de custódia, que escancara uma realidade velada….a tendência é sempre afirmar a democracia racial, critérios neutros, a aplicação neutra do direito...mas esse tipo de prática da defensoria, a gente começou a monitorar os atendimentos pelo critério raça/cor, prestar uma atenção maior nesse elemento, eu acho que tem um potencial de, no mínimo, trazer a denúncia a público e aí em articulação com a sociedade promover o debate

**Luciane**

Promover o debate também foi o que esteve por trás da elaboração da cartilha? Você pode falar um pouco sobre isso?

**XXXX**

A gente, em parceria com a comissão de igualdade racial da OAB e com o Criola, uma ONG. Em conversa com esses atores importantíssimos para as relações raciais no Rio, colocou o baixo grau de informações dos negros. As pessoas não sabem como agir e dai a cartilha para a gente proporcionar que a informação chegue às pessoas….

**Luciane**

14:50 entendendo o sistema de justiça criminal como um sistema de forças, polícia militar, ministério público, defensoria...como você vê a relação da defensoria com esses outros atores com relação a poder?

**XXXX**

(...) por um lado ela é uma peça, e somente esse belo funcionamento do sistema para manter esse grupo nessa situação. então de uma certa forma ela contribui para que essa realidade se perpetue. mas por outro lado, quando a defensoria consegue ter uma atuação estratégica de contracorrente, ela tem um papel de tensionar esses outros atores, tensionar o papel do Ministério público, do judiciário, do sistema penitenciário...da execução penal ...mas é limitado, porque dentro do proprio arranjo institucional, a defensoria é uma instituição de vulnerabilidade, com um orçamento ridículo perto dos outros órgãos, com uma capacidade de atuação limitada….para produzir o nivel de sofrimento que elas produzem. A gente não consegue dar conta, fazer essa resistência da meneira que poderia. Mas de qualquer forma tem potencial, e de maneira crescente. É um orgão que produz tensão, que procura tensionar as estruturas desse sistema.

**Luciane**

(….) há algo que contribui ativamente para essa roda de discriminação ? (áudio comprometido)

**XXXX**

A defensoria, por exemplo é uma instituição majoritariamente branca. ela ainda não conseguiu, dentro da sua própria casa, reformular a democracia dentro da defensoria. então, por exemplo a gente fez um concurso que seleciona pessoas de uma determinada classe social, uma classe bastante alta, que tiveram oportunidade de estudar nas melhores universidades do Estado, nos melhores colégios e pelo nome a maioria são pessoas brancas, então a defensoria não reflete a sociedade de uma maneira democrática. A Defensoria não consegue. Por exemplo, eu fui no núcleo de Direitos Humanos fora o Nucora (..) mas a equipe no geral é toda branca. Então nós defensores tendemos a reproduzir o racismo na maneira como a gente automatiza algumas práticas, sem perceber que são práticas racistas. Por exemplo, conversando com minha colega do NUDEM ela fez um levantamento e percebeu que 70% das mulheres atendidas pelo NUDEM (Núcleo de Defesa da Mulher) são brancas. Então isso é uma atuação racista, ela está buscando combater isso. De que forma ela vai conseguir atingir as mulheres negras que estão em situação de violência. Então no automático, de maneira geral, a gente tende a reproduzir esse racismo institucional, de não enxergar as relações raciais na forma como a gente presta nosso serviço, como a gente contrata, se relaciona com nossos companheiras de trabalho, como compomos as equipes que estão na gestão….o desafio que está colocado é como enfrentar isso. A gente tem promovido o diálogo, tem refletido sobre isso. A ideia em 2017 é montar uma política de ação afirmativa que vai ser o começo de uma mudança, mas a gente tem consciência que a realidade é bem dura.

**Luciane**

há pouco tempo atrás você comentou que a defensoria cumpre um papel contra hegemônico com relação ao estado: está na engrenagem mas também realiza um papel contra hegemônico. como você vê esse papel da defensoria enquanto possibilidade de transformação?

**XXXX**

eu acho que a defensoria só faz sentido se ela cumprir esse papel contra-hegemônico. Na nossa missão está prevista como instrumento do regime democrático. Então, eu acho que o sentido dessa expressão, que está na constituição é que nossa vocação primeira é conseguir, de apesar de Estado, se colocar contra o estado para provocar uma participação democrática, uma forma de exercício da democracia por meio do acesso à justiça. Eu acho que a defensoria só faz sentido se ela cumprir essa missão. A gente viveu um momento histórico recente em que a Defensoria negou seu papel contra-hegemônico, fazendo aliança com interesses corporativos e deixando de lado sua missão de proteção de uma população para não se desgastar com o governo do estado, em nome da política institucional (...) ela só faz sentido se ela conseguir cumprir seu papel contra-hegemônico

**Luciane**

como você vê o fortalecimento da defensoria pública frente a esses outros atores?

**XXXX**

(...) eu vejo por orçamento. Infelizmente na gestão pública, orçamento é um assunto muito importante. e a gente tem vivido um momento de crise no Estado e nacional que estão agonizando o sofrimento da defensoria...a gente tem pouca estrutura, submete a população à fila, à demora, tem um atendimento bastante precarizado, e a gente precisa de estrutura para reverter esse quadro. Dá um serviço de má qualidade….. Então a questão do orçamento é o desafio chave, e uma administração mais profissional (...) implementar, por exemplo, um sistema de atendimento novo está sendo implantado para fazer gestão de atendimento (...) produzir dados, entender os dados, divulgar relatórios, a diretoria de pesquisa também está ajudando bastante.

**Luciane**

(...) você tem atuação recente em casos de violÊncia policial?

**XXXX**

não, não grande. Eu compartilho mais com as ações coercivas, estruturais. Até por uma questão de divisão de trabalho...essas questões individuais são cuidadas mais pelo Daniel… eu tenho me envolvido mais com casos estruturais, como no caso da favela da Maré… a apresentação de um plano de contenção, mas de uma maneira macro. Eu sempre me envolvi nessas ações estruturais

**Luciane**

acho que é só...não queria atrapalhar muito

**XXXX**

espero que ajude